



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
– PARFOR
CURSO: PEDAGOGIA
CAMPUS: ABAETETUBA

A Prática Pedagógica dos Professores do Ensino da Educação de Jovens e Adultos: Dificuldades e Desafios

PROFESSOR: ANTÔNIO AZEVEDO
ALUNA: MARIVALDA CORREA GOMES

ABAETETUBA – PA
2018

MARIVALDA CORREA GOMES

A Prática Pedagógica dos Professores do Ensino da Educação de Jovens e Adultos: Dificuldades e Desafios

Trabalho de conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de
Graduação em Pedagogia, da
Universidade Federal do Pará,
orientado pelo Professor - Antônio
Azevedo, em cumprimento para
obtenção de grau.

ABAETETUBA – PA
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

G633p Gomes, Marivalda Correa.
A prática pedagógica dos professores do ensino da educação de
jovens e adultos: : dificuldades e desafios / Marivalda Correa
Gomes. — 2018.
37 f. : il.

Orientador(a): Prof. Me. Antonio Reis Ribeiro de Azevedo
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2018.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Prática pedagógica. 3.
Dificuldades. 4. Soluções. 5. Aprendizagem. I. Título.

CDD 370

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR

MARIVALDA CORREA GOMES

**A Prática Pedagógica dos Professores do Ensino da
Educação de Jovens e Adultos: Dificuldades e Desafios**

Este (TCC) foi julgado adequado para a obtenção do Título de Graduação em Pedagogia, e aprovada na sua forma final pela Universidade do Federal do Pará.

Data: ___/___/___

Nota: _____

Prof. Antônio Azevedo
Orientador – UFPA

Prof.
Avaliador – UFPA

Abaetetuba
2018

DEDICATÓRIA: Para toda minha Família, por esta e todas as minhas demais conquistas, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço grandiosamente a Deus, por ter me concedido saúde, disposição e muita força para fazer meu curso tão sonhado de pedagogia. Sem ele, nada seria possível. Também sou grata ao senhor por ter dado saúde aos meus familiares e tranquilizado o meu espírito nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica, pois foram momentos de muitas lutas, mas com você meu Deus me conduzindo sempre hoje está aqui apresentando e concluindo meu trabalho final. Obrigada meu Deus.

Agradeço à minha mãe Maria de Nazaré e minha filha Rosimayry Gomes de Sousa que sempre foi minha maior fonte de inspiração e força. Aos meus irmãos e em especial ao irmão: Kessy Corrêa Gomes, que me ajudou e me apoiou desde o início do meu curso me ajudando nos trabalhos e pesquisas a todos que acreditaram e apoiaram meu sonho. Aos meus colegas de curso, a minha equipe de trabalho SUPERAÇÃO.

Agradeço todos os meus mestres, principalmente ao professor (a) Antônio Azevedo. Agradeço à universidade Federal por me proporcionar um ambiente agradável para realizar meu curso, que fez toda a diferença durante esses quatro anos de caminhada. Aos funcionários que sempre me tratou com respeito e muita atenção.

E, por fim, agradeço por tudo e por todos e quero dedicar esse meu curso a duas pessoas que em memória não estão, mas aqui presente perto de mim, mas sei que estão felizes por eu estar aqui concluindo meu curso e finalmente me tornando uma profissional pedagoga meu pai Raimundo Carlos Gomes e meu esposo Rosimar Alcantâra de Sousa.

"[...] O bom professor é aquele que se coloca junto com o educando e procura superar com o educando o seu não saber e suas dificuldades, com uma relação de trocas onde ambas as partes aprendem".

(Paulo Freire)

RESUMO

Este estudo discute a prática pedagógica voltada à Educação de Jovens e Adultos - EJA. Iniciando por uma breve revisão histórica, seguindo com a obrigatoriedade e com a necessidade de uma prática pedagógica voltada a singularidade e totalidade do sujeito. Abordando as realidades e perspectivas junto as necessidade dos métodos educacionais, analisando as dificuldades e desafios que são encontrados na EJA, para que as dificuldades sejam discutidas e soluções sejam apresentadas, valorizando o melhor desempenho da aprendizagem e aproveitamento dos alunos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Prática Pedagógica. Dificuldades. Soluções. Aprendizagem.

ABSTRACT

This study discusses the pedagogical practice focused on the Education of Young and Adults - EJA. Beginning with a brief historical review, following with the obligatoriness and with the necessity of a pedagogical practice focused on the singularity and totality of the subject. Addressing the realities and perspectives along the need of educational methods, analyzing the difficulties and challenges that are found in the EJA, so that the difficulties are discussed and solutions are presented, valuing the best performance of the students' learning and achievement.

Keywords: Youth and Adult Education. Pedagogical Practice. Difficulties. Solutions. Learning.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	11
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO II	13
2- HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL.....	13
2.1- O DIREITO À EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	17
CAPÍTULO III	19
3- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	19
3.1- A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO DA EJA NO BRASIL.....	25
CAPÍTULO IV	29
4- PERSPECTIVAS PARA A EJA NO BRASIL.....	29
4.1- USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO EJA	29
4.2- PRÁTICAS DA ANDRAGOGIA NO EJA.....	31
CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS.....	34

Lista de Quadro

Quadro 0115

Lista de Imagem

Imagem 0119

CAPÍTULO I

Neste capítulo faremos uma introdução sobre tema abordado, ressaltando a necessidade e a importância da educação de jovens e adultos, demonstrando a necessidade de tal programa para o indivíduo e para a sociedade.

INTRODUÇÃO

Alfabetizar Jovens e Adultos é uma preocupação antiga que não se limita a uma tarefa meramente escolar, está intimamente ligada a sonhos, expectativas e anseios de mudança.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que atende a um público específico, com características sociais e culturais próprias, visando à formação do cidadão capaz de interagir e agir no meio social pelo desenvolvimento de suas potencialidades intelectuais, políticas e sociais.

É muito gratificante para uma pessoa leiga poder aprender a ler e escrever consciente da necessidade e importância de tal ato para a sua vida, um mundo novo se abre para ela é como se fosse cega e de repente abrisse os olhos e enxergasse coisas que até então não via.

Alfabetizar tais pessoas é proporcionar para elas grandes mudanças, uma nova visão de mundo, a chance de ter uma vida melhor pelo menos com mais oportunidades.

Esta temática foi escolhida em virtude do desejo e da necessidade de aprofundar os estudos sobre a EJA para melhor compreendê-la e, por isso, este estudo tem como objetivo geral, fazer uma análise das práticas pedagógicas utilizadas nessa modalidade de ensino EJA, identificando possíveis desafios e dificuldades do programa, propondo possíveis soluções para melhorar os métodos de ensino e aprendizagem do programa.

Da mesma forma, também se constituem como objetivos específicos: demonstrar um breve histórico da modalidade de ensino EJA, analisar as práticas pedagógicas utilizadas ao longo do tempo, observar a realidade do programa, identificar as possíveis dificuldades e desafios da EJA, propor possíveis soluções para melhoria do desempenho do programa.

As questões norteadoras dessa pesquisa são: Como tem sido o desenvolvimento recente da EJA no Brasil? Como se efetiva as práticas pedagógicas utilizadas na EJA? Como se dá, de fato, o processo ensino-aprendizagem nas salas de aula? A escola corresponde às expectativas dos alunos e professores para que se tenha qualidade de ensino e aprendizagem? O quê fazer para melhorar a qualidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos?

Espera-se que o resultado desse trabalho permita não só refletir sobre as questões pertinentes à EJA, mas também ressaltar a importância e a realidade do programa, as práticas pedagógicas que são utilizadas e as que podem vir a ser introduzidas para melhorar os métodos de ensino e aprendizagem do EJA, haja visto que os alunos que fazem parte desse programa precisam ser atendidos de maneira igualitária aos outros métodos de ensino.

A metodologia utilizada nesse estudo foi uma pesquisa qualitativa, que a partir de pesquisas científicas, propiciou identificar o histórico e quais os principais impasses e desafios vivenciados pelos professores e alunos que atuam nesta modalidade de ensino, utilizando como referência o educador, pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire e outros autores de destaque na história da educação.

Nesta introdução, apresentou-se o tema da pesquisa, objetivos, questões norteadoras, justificativa e metodologia que foram utilizados nesse estudo. Levando em consideração a importância de tal programa, este trabalho fará uma explanação da trajetória do mesmo, apresentando de uma maneira breve em quatro capítulos um contexto ressaltando sobre o histórico do programa considerando as dificuldades, desafios e as propostas para evolução das práticas pedagógicas da EJA.

CAPÍTULO II

Neste segundo capítulo será exposto o contexto histórico da EJA no Brasil, fazendo uma análise de todas as mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Será observado também de maneira breve a legislação que dá o direito do cidadão ao acesso a educação de jovens e adultos.

2- HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL

O conjunto de ideias que se tem atualmente da Educação de Jovens e Adultos, não foi constituída recentemente, é resultado de um processo decorrente desde o período Brasil colônia. A princípio, foi eventualmente proporcionada na face externa da escola, ou seja, na comunidade, na família, ordens religiosas e no universo sociocultural. E aos poucos se instaurando em nossa sociedade a partir da necessidade da nação brasileira.

Fazendo um levantamento histórico observa-se que a Educação de Jovens e Adultos passou a ser exercida em pleno período colonial a partir do exercício de atividades missionárias, apesar da existência de práticas educativas destinadas a jovens, grande parte das ações era destinada a índios e negros adultos. Porém, esse fator que se ramificou em sua origem não foi linear em seu processo de evolução.

Ao longo dos anos o cenário político, sociocultural e econômico se transformou e deu espaço para inovações no campo educacional. A criação de uma rede de ensino pública que abrangesse a todos era interiormente impraticável, pois mesmo visando mudanças e estabelecimento de políticas educacionais não havia êxito nestes planos.

Por muito tempo os adultos iletrados foram reprimidos e excluídos da participação social e do exercício da cidadania, sendo colocado obstatante da sua posição de homem como ser social.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), a Constituição de 1824 foi à primeira de nossa história e a única no período imperial. Com a Assembleia Constituinte dissolvida, D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado formado por 10 membros que redigiu a Constituição. No campo dos direitos legais, a primeira Constituição

brasileira, de 1824, firmou, sob forte influência europeia, a garantia de uma instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, portanto também para os adultos.

A partir da década de 1920, o movimento de educadores e da população em prol da ampliação do número de escolas e da melhoria de sua qualidade começou a estabelecer condições favoráveis à implementação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos, as pessoas passaram a identificar a importância de ser alfabetizado, em especial as mulheres que anteriormente muitas não tinham a permissão para estudar, somente eram cobradas como responsáveis pela criação dos filhos e pelos serviços domésticos.

Para Haddad e Di Pierro (2000, p. 109-110).

“A nova Constituição republicana estabeleceu também a exclusão dos adultos analfabetos da participação pelo voto, isto em um momento em que a maioria da população adulta era iletrada. O censo de 1920 indicou que 72% da população acima de cinco anos permaneciam analfabetas.”

Motivos este que fortaleceu ainda mais os renovadores da educação, pois, passaram a exigir que o Estado se responsabilizasse definitivamente pela oferta desses serviços.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 111) “o Estado Brasileiro, a partir de 1940, aumentou suas atribuições e responsabilidades em relação à educação de adolescentes e adultos”. Após uma atuação fragmentária, localizada e ineficaz durante todo o período colonial, Imperial e Primeira República, ganhou corpo uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação estratégica em todo o território nacional.

Esse feito pelo Estado, fez com que expandisse o quadro os direitos sociais de cidadania focados nas políticas públicas, ou seja, nas diretrizes da educação, visando à resolução dos problemas conveniente a mesma.

De acordo com Picawy e Wandscheer (2006), a história nos mostra que a Educação em nosso país tem se esforçado para incluir pessoas que foram marginalizadas e excluídas dos espaços escolares, por meio de políticas públicas educacionais como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Telecursos, Supletivos e, atualmente, pela modalidade da EJA.

Em seguida o quadro 01 demonstra as concepções norteadoras da educação de jovens e adultos no decorrer da história, obtidas por meio das pesquisas e estudos realizados.

Período	Concepção de educação para jovens e adultos
Colonial (1500 – 1815)	Alfabetização com fins de aculturação, catequização e civilização das “camadas inferiores” da sociedade. Inicialmente, a educação era restrita às elites econômicas.
Imperial (1822 – 1889)	Inicialmente, a educação era restrita às elites econômicas. Descentralização do ensino: Governo Central e Províncias. Constituição de 1824: intenção legal de garantia e gratuidade da instrução primária. Regulamento de 1854: gratuidade do ensino elementar e classes para adultos. Reforma Leôncio de Carvalho (1878): interesses eleitorais na alfabetização de adultos analfabetos. Lei Saraiva (1880): restrição do voto ao analfabeto. Parecer Rui Barbosa (1882): enfatiza a restrição do voto ao analfabeto; preocupações com adequação dos métodos de ensino aos adultos.
1ª República (1889 – 1930)	Constituição de 1891: educação das elites em detrimento da educação das camadas sociais marginalizadas. Exclusão do adulto analfabeto do direito ao voto (altas taxas de analfabetismo no país). Consolidação do adulto analfabeto como um ser incapaz.
Era Vargas (1930 – 1945)	Constituição de 1934: a educação de adultos reconhecida como modalidade diferenciada de ensino. Proposta Plano Nacional de Educação (PNE): ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, incluindo os adultos. Educação de adultos: instrumento de difusão ideológica do Estado (ajustamento social e desenvolvimento do país). Preocupação com a educação de jovens e adultos: diminuir taxas de analfabetismo para fins de progresso do país (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA).
1947 – 1964	Movimentos em favor de uma educação humanizadora e cidadã: Movimento de Educação de Base (MEB) e Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA). Início das Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEAs). Valorização da educação e cultura popular: educação conscientizadora (Paulo Freire).
Ditadura Militar (1964 – 1985)	Educação de adultos: ameaça ao governo. Repressão aos movimentos de educação popular. Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

	<p>Nacional (LDB, 1971) – Ensino Supletivo.</p> <p>Programas conservadores e desenvolvimentistas (Cruzada ABC, MOBRAL).</p> <p>Analfabetismo: chaga social.</p> <p>Alfabetização funcional: formação de mão-de-obra.</p>
<p>Nova República (1985 – aos dias atuais)</p>	<p>Crise do Estado e redefinição dos papéis; descentralização dos serviços e financiamentos do Estado; Restrição às políticas para a EJA.</p> <p>Constituição de 1988: direito universal ao Ensino Fundamental público e gratuito, independente da idade.</p> <p>Declaração de Jontiem (1990): fomento à aprendizagem a todos; redução taxas de analfabetismo; capacitação de jovens e adultos. Nova LDB (1996): pouca inovação para a EJA (reafirmação dos direitos e alteração idade mínima para o Ensino Supletivo).</p> <p>Programas Governamentais: PLANFOR (1995), PAS (1996), PRONERA (1997), Programa “Brasil Alfabetizado” (2003), PROEJA (2006), PRONATEC (2011).</p> <p>PNE 2000-2010: Educação ao Longo da Vida, PNE 2011-2020: Universalização do ensino, elevação da escolaridade, erradicação do analfabetismo absoluto e redução do analfabetismo funcional; oferta matrículas de EJA integrada à educação profissional.</p>

Quadro 01: Histórico da educação de jovens e adultos no Brasil

Fonte: Adaptado de Conzatti e Davoglio (2015)

O resgate histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil possibilita compreender a maneira como foi sendo constituída esta modalidade de ensino no decorrer do tempo. De acordo com Soares e Galvão (2005, p. 257) “No presente, muito do que pensamos e fazemos traz as marcas de histórias narradas, reconstruídas e repetidas”.

Assim, a forma como a EJA foi sendo concebida traz as marcas de sua história de preconceitos, oportunidades de “segunda chance” e marginalizações frente às outras etapas do Ensino Básico.

Levando em conta que a Educação de Jovens e Adultos tem sido vista e proposta por campanhas de incumbência da administração federal visando através das ofertas de beneficiamento nesta modalidade, propondo sempre a eliminação de

analfabetismo e uma formação técnica para essas pessoas jovens e adultas não escolarizadas.

Atualmente a formação desses indivíduos jovens e adultos desde a educação básica ao ensino médio, promovido pela EJA, não visa só mercado de trabalho, mas também a necessidade que a instituição escolar tem de desenvolver suas capacidades em função de novos métodos de ensino para um melhor desenvolvimento das habilidades e aptidões deste ser social diante da sociedade em que vivemos, visando uma formação adequada para que os mesmos possam exercer sua cidadania.

Portanto, a EJA durante esses anos vem mudando a vida de muitos brasileiros, gerando e dando varias oportunidades para que essas pessoas possam crescer profissionalmente e intelectualmente.

2.1- O DIREITO À EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação brasileira, em vários momentos da história, é posta como elemento mediador entre a sociedade, o direito à educação de qualidade e a primazia dos interesses do Estado, sustentada pela imprescindível legitimidade dos governos, que sempre buscam as condições sociais necessárias para manter-se no poder e, seletivamente, aparentam aceitar as reivindicações da sociedade e atender a sua demanda, mas estabelecem certa complacência no que diz respeito ao direito à educação.

No caso da EJA, essa tendência usual dos governantes de demonstrar intenção de agradar às classes populares não é tão transparente e, muito menos, resoluto, uma vez que o contingente de brasileiros analfabetos é alto e soma-se ao dos evadidos das salas de aulas, às distorções idade-série, fatores que se apresentam como barreiras no sistema educacional e para as políticas educacionais por meio das quais o Estado parece, em determinados momentos, ser o fiador da solução dessas questões.

Com a aprovação da Constituição de 1988, o dever do Estado para com a EJA torna-se maior. A Constituição trata do assunto garantindo em seu artigo 208, inciso I, “o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Em 1990 a Fundação Educar foi

extinta e o governo federal, então, afastou-se desse campo de atuação, encarregando os municípios na continuidade a esse atendimento. Observamos nesse momento, a orientação da municipalização no atendimento escolar aos jovens e adultos no ensino fundamental.

Ainda em 1996, foi promulgada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB n. 9394/96, a qual definiu a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino, determinando também o atendimento a esse público segundo seus interesses e necessidades e possibilitando uma formação diferente do trabalho com crianças. O conteúdo da nova Lei em relação a anterior muda pouco, tendo em vista a exigência que se mantenham os cursos e exames supletivos. O resultado mais relevante é a diminuição da idade antes definida em 18 e 21 anos, para 15 e 18 anos. A Educação de Jovens e Adultos, portanto, está alicerçada no Título V dos níveis e modalidades de educação e ensino, no capítulo II da educação básica, na seção V e composta pelos artigos 37 e 38, a saber:

Art. 37°. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 38°. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996).

Tendo em vista as discussões e determinações legais em torno da educação de jovens e adultos, em 10 de maio de 2000 foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Essas Diretrizes passaram a reconhecer o valor da EJA como um direito, superando o conceito de ensino supletivo e substituindo a ideia de compensação e caridade pelas funções reparadora, oferecer igualdade de oportunidades e qualificadora.

CAPÍTULO III

Neste capítulo será exposta a prática pedagógica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, observando a realidade das condições e dos métodos de ensino e a formação dos professores da EJA.

3- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Várias mudanças vêm ocorrendo nas concepções de alfabetização e muitas metodologias estão sendo utilizadas pelos professores, buscando maior eficiência no processo de alfabetização. Buscando alternativas, métodos e processos diferenciados, os professores continuam enfrentando desafios e dificuldades no cotidiano da sala de aula para alfabetizar os alunos da EJA.

O Brasil é um país que se encontra em desenvolvimento, porém o que se observa atualmente são crises em diversos setores como a saúde, a educação, a habitação, entre outros. Inúmeros problemas afetam a população, principalmente àquela parcela mais “vulnerável” que habitam os bairros de periferia. A figura 1 demonstra os motivos que levaram os alunos a não frequentar a escola na idade correta.

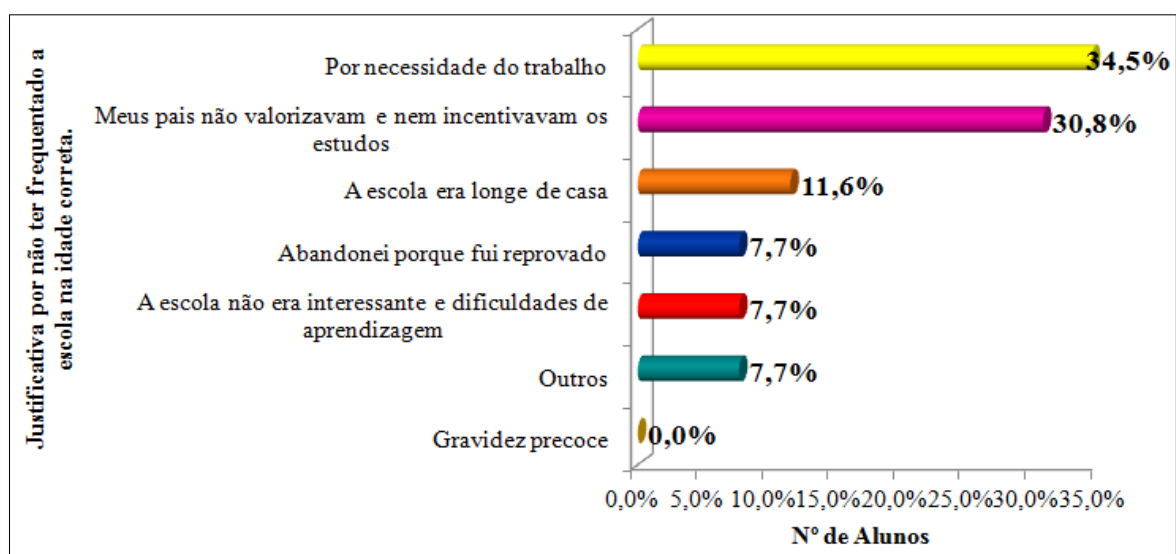


Imagem 01 – Motivos que levaram os alunos a abandonar a escola
Fonte: LUCINDO (2018, p.215)

Homens e mulheres vítimas da violência social recorrem, muitas vezes, a escola para buscar na educação uma saída para enfrentar os problemas que os afligem. Na maioria das vezes é depois da adolescência que o indivíduo reconhece que necessita do conhecimento escolar e passa a buscá-lo. As causas de não ter se alfabetizado na infância podem ser várias, como o fato de ter que trabalhar para sobreviver, não ter acesso à escola no local onde mora e até mesmo a evasão escolar, por isso é comum ainda haver escolas que alfabetizam jovens e adultos.

Contudo, a educação precisa de investimentos públicos para oferecer uma escola de qualidade, escolas com espaço físico adequado, salas de aula com boa iluminação e ventilação, biblioteca, refeitório, espaço de recreação e profissionais, qualificados, para oferecer aos alunos um ensino que possa permitir uma leitura do mundo, da palavra que os faça sair de uma condição de oprimido.

A educação libertadora possibilita ao sujeito o reconhecimento de sua condição de oprimido e a luta pela condição de liberdade. Para Freire (1987, p. 31-32)

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação que não chegaram por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

O reconhecimento de uma educação que liberta é hoje mais do que nunca uma tarefa a ser preservada. Diariamente nos deparamos com discursos governamentais que prometem grandes reformas e investimentos na educação e, infelizmente, o que vemos são apenas palavras que não se tornam concretas.

Na contramão, a sala de aula pode reverter às dificuldades e promover em parceria com educador e educando um espaço de inovação, acolhimento e libertação. Cabe ao educador a tarefa de orientar, mediar, conversar e conhecer o aluno. Utilizando dessa relação como subsídio no momento da aprendizagem seja qual for à modalidade ou etapa de ensino: na educação infantil, EJA, no ensino fundamental, médio ou superior.

Entre as modalidades e etapas de ensino citados, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das mais frágeis. Pois, precisam além da garantia legal, da vontade dos gestores para manter seu trabalho. Ainda encontramos alguns professores e gestores pensando a EJA como complemento de carga horária profissional, não se dedicando o quanto deveria, sem considerar o esforço daquele

aluno em retornar aos estudos, em meio de tantas obrigações e responsabilidades. Não podemos esquecer que a educação é um direito previsto na Constituição Federal. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988, diz:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Não se pode negar a educação pública e gratuita aos brasileiros. Criança, jovem, adulto ou idoso tem o direito de uma educação que garanta a aprendizagem e certificação escolar. A educação deve ser vista e tratada como um direito e não como um favor, ou uma forma qualquer de assistencialismo.

Quando nos voltamos a pensar na oferta da EJA, encontramos suas turmas com um número elevado de evasão, devido a diversos fatores com trabalho, família, desmotivação causa por várias situações, desde a prática pedagógica do professor que não compreende a dinâmica das turmas noturnas. Vale a pena afirmar que os alunos da EJA urbano ou rural possuem características diferentes daqueles que frequentam a mesma escola no horário diurno, o que conseqüentemente requer uma educação diferenciada, podendo até ser dita como uma educação integral, pois o aluno deverá ser tratado e desenvolvido de forma completa, em sua totalidade.

Reconhecer a especificidade da escola e dos discentes da EJA permite ao professor apresentar uma metodologia dinâmica, onde o diálogo com os alunos ampliem nas suas práticas experiências interdisciplinares, de modo que a aprendizagem permita uma riqueza de cultura e conhecimentos. Talvez esse seja um caminho viável para o fortalecimento de um trabalho que renove a motivação do querer aprender, de sentir parte atuante na aula e na sociedade de mudança e conseqüentemente diminuindo os índices de evasão nessas turmas.

Zabala (1998, p. 29) explica:

É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação.

A escola exerce um grande papel na vida de todos, principalmente dos alunos da EJA que a procuram até com a esperança de conseguir a realização de sonhos, até então tidos como impossíveis. Por isso, pensar na melhoria da prática

pedagógica é um passo importante na diminuição dos índices de evasão e reprovação nas escolas.

É necessário que acima de tudo, que tal prática seja diferenciada, abordando temas e metodologias que facilitem a aprendizagem e que se ajustem ao perfil dos estudantes, sendo significativas e estimuladoras, para que com isso eles se sintam motivados a frequentar assiduamente as aulas e ao final se obtenha o sucesso na aprendizagem.

A finalidade desse ensino é ver o estudante como o principal personagem nas salas de aula da EJA e que os professores estejam prontos para pesquisar, conhecer e por em prática o que de melhor encontra-se nas políticas públicas existentes para a modalidade.

A Educação de Jovens e Adultos como modalidade, ao decorrer do tempo sofreu e sofre muitas modificações principalmente no que se refere ao financiamento e promoção de formação para os professores, que são incluídos na EJA, muitas vezes, sem nenhuma orientação de como devem desenvolver uma prática pedagógica nessas turmas e acabam muitas vezes bitolando os estudantes a reproduzirem o que é destinado às classes regulares do ensino fundamental e médio. Com isso há o agravamento de vários problemas como a evasão, a reprovação, o despreparo para o trabalho e para a progressão para outras fases inclusive para os vestibulares.

Segundo Freire (1987) há muito tempo já mostra a necessidade de um trabalho mediado, onde a realidade, a história do sujeito seja parte integrante das situações didáticas em sala de aula, principalmente para o grupo jovem e adulto. Sem a apresentação e compreensão de significado não há aprendizagem. É preciso que se entenda e se trabalhe o sujeito como ser completo como ele é, que opina, que compara, que tem objetivos concretos que o levam a procurar a escola, e não como mais um que vem apenas para completar a turma mas que é considerado normal que ele desista antes do término do ano letivo.

Dessa forma, fica evidente a necessidade de um trabalho efetivo na promoção de formação de professores para a EJA, que se analisem as políticas públicas existentes para a modalidade, que se promovam movimentos como os fóruns e discussões para que todos os envolvidos como professores e alunos tenham vez e voz sobre as reais necessidades de melhoria da modalidade,

entendendo o estudante como o principal componente desse grupo e que é nele, ser singular, que estão as respostas para a melhoria da Educação de jovens e Adultos.

Educar é uma tarefa que exige muito do educador, principalmente hoje onde ele é multi tarefas se quiser que sua sala de aula tenha sucesso, tornando o seu trabalho ainda mais minucioso podendo assim caracterizar a educação como um grande desafio para o educador, pois deve saber lidar com todas as situações, utilizar os conhecimentos dos estudantes todos os dias em sala de aula sendo criativo, para que eles estejam motivados para participar das aulas e não abandonar a escola como uma grande parte acaba fazendo principalmente na EJA.

Diversos fatores contribuem para que a evasão aconteça nas turmas de EJA. Quando a escola exige muito da execução do horário que muitas vezes não se adéqua com a do trabalho, o que acaba contribuindo para a desistência desse aluno, por não conseguir cumprir as normas da escola. Outro fator é a cultura machista que impõe as mulheres como responsáveis dos serviços domésticos. Muitos maridos e companheiros não permitem que suas esposas frequentem as aulas.

Também podemos destacar, em muitas salas, a forma como os conteúdos são abordados, o que evidencia o despreparo da escola e do professor ao receber o estudante e, ainda, uma forte distorção não sabendo realmente a função da escola e a importância do conhecimento para a vida, como afirma Moacir Gadotti (2003, p. 296) “confundir ensino com aprendizagem, obtenção de graus com educação, diploma com competência, fluência no falar com capacidade de dizer algo novo”.

É muito importante analisar atentamente os estudantes que frequentam a escola, pois, adultos e jovens possuem toda uma história vivida dentro e fora dela e que agora trouxeram de volta ao ambiente escolar. O professor ao saber dessas dificuldades deve trabalhar a partir delas dando ênfase sempre ao conhecimento tido por cada aluno, trabalhando assim a andragogia com a aprendizagem voltada no aluno e o próprio planejamento que não deve ser feito para eles mais sim com eles. Como nos diz Freire (1987, p. 78): “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

No trabalho em conjunto com os alunos, o professor consegue além de tornar o ato de aprender mais fácil, com mais atenção, aguçar a vontade de saber coisas novas, amenizar a evasão, aprender junto com eles. “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1997 p. 79).

Os estudantes são conhecedores de tantas coisas, ricos em questão de conhecimento, o professor deve valorizar todos eles e trabalhar a partir do que eles já conhecem ainda em conjunto com outras disciplinas através da interdisciplinaridade, fazendo assim a aprendizagem acontecer com mais facilidade.

É fato que cada aluno tem suas peculiaridades, logo apresenta conhecimentos diversos. “O ser humano é um ser ao mesmo tempo singular e múltiplo. Dissemos que todo ser humano, tal como o ponto de um holograma, traz em si o cosmo” (MORIN, 2003 p.57).

Ser educador requer além de muitas outras coisas, trabalhar com amor, acreditar naquilo que se faz e acreditar principalmente nos seus alunos porque eles mais que ninguém são os principais retratos de um bom trabalho docente. Formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, conhecedores do mundo e agentes dele, o que será conseguido através de um trabalho reflexivo e coletivo com os alunos trabalhando-os integralmente como seres completos, que se sentirão envolvidos e responsáveis no processo de ensino aprendizagem, dificultando assim o número tão grande de evasão escolar.

O educador tem a missão de renovar-se para que possa contagiar seus alunos e fazer com que estes se sintam motivados aos estudos, sejam persistentes e vençam as dificuldades encontradas no dia a dia.

Que a educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as consequências de sua escolha.

De nada adianta assumir uma prática na EJA onde haja apenas reprodução do que é ensinado nas salas do ensino regular, infantilizando muitas vezes o processo de ensino e aprendizagem. Os estudantes são protagonistas de suas histórias e o educador deve em sua prática adentrar na realidade da turma e torná-la parte de suas aulas para que haja significado no que se ensina e no que se aprende.

Portanto, realizar um estudo da EJA é uma forma de contribuir no debate pedagógico, principalmente quando ele está inserido no espaço de uma escola carente. Refletir com todos os envolvidos tanto docente quanto estudante é um passo importante nessa tarefa.

3.1- A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO DA EJA NO BRASIL

A prática educativa é acima de tudo um desafio, pois o educador consciente passa grande parte do seu tempo questionando-se, revendo conceitos, buscando dar o melhor a seus alunos. Por isso, o sonho e a utopia fazem parte desses docentes, e outros sentimentos como a esperança, que é uma arma importantíssima para a realização de certas aspirações. Segundo Freire (1997) é ingenuidade dar à esperança um poder absoluto de resolução de conceitos, concepções e conteúdo, no entanto, se aliadas a ela encontram-se o esforço, a capacidade, a persistência e humildade, o educador está no caminho certo.

Em relação à qualidade formal, em geral, o educador que trabalha com a educação de Jovens e Adultos não tem formação adequada para atuar nesta modalidade de ensino e não tem recebido atenção necessária nos cursos de formação de professores. Pelo contrário, muitas vezes tem sido relegada cada vez mais a deterioração, pois os educadores que atuam na EJA estão ausentes de boa parte dos debates das políticas públicas centradas na questão das relações entre escola e sociedade (GATTI, 1997).

Em termos de qualidade política, “a questão também é muito grave, porquanto, se a educação básica é instrumentação fundamental da cidadania, o professor não poderia ser agente dela, sem ser, ele mesmo cidadão” (DEMO, 1996, p. 87). E acrescenta “O professor deve ser imagem viva do aprender a aprender” (DEMO, 1996, p. 89).

A alma de sua formação básica e permanente é aprender a aprender, isto é, aprender a pensar, aprender a fazer para aprender a ser professor. A reflexão é o conceito mais utilizado por investigadores para se referirem à formação de professores (NÓVOA, 1992).

O perfil dos professores se constitui ao longo de sua carreira e requer um acompanhamento a longo prazo. “Em termos de grupo, o perfil consubstancia-se historicamente na cultura profissional, como patrimônio que assegura a sobrevivência do grupo e permite a definição de estratégias identitárias adaptadas a cada realidade histórica social” (ESTRELA, 1997, p.47).

Ser professor significa contribuir para a formação de cidadãos, portanto, o docente faz a diferença, podendo ser comparada com a figura de um maestro criativo que exigiria dos componentes da orquestra: organização, iniciativa própria,

envolvimento, dedicação e, principalmente, ações coletivas desencadeadas por processos participativos. Sendo criativo, articulador, mediador e desafiador, o professor apostaria em todos os meios e recursos existentes para consolidar a construção do conhecimento (BEHRENS, 1996).

Na história da educação brasileira, a Educação de Jovens e Adultos, como uma modalidade diferenciada, chama a atenção o seu caráter extensivo, por ser fora dos moldes tradicionais das escolas noturnas e, com relação ao aspecto da legislação não era algo sólido, não se configurava como um compromisso dos órgãos competentes (PAIVA, 1973).

As constantes transformações nas áreas econômica, política e social, tecnológica e cultural da sociedade atual, têm pressionado a escola a se adequar conforme as exigências do mundo do trabalho, influenciando a educação. Decorrentes a essas mudanças surgem novos desafios, no final do século XX, a escolarização passa a ser exigida no mundo do trabalho, assim aumenta a demanda da educação de jovens e adultos na sociedade.

A Lei n. 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 38, determina que, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e Médio, a idade seja 15 e 18 anos. E de acordo com a Deliberação n. 088/00, do CEE-PR, o ingresso na EJA pode se dar aos 14 anos para o Ensino Fundamental e aos 17 para o Ensino Médio. Esta faixa etária exige várias alterações frente a essas mudanças, passa a exigir também um ensino voltado para o campo da pesquisa e ao trabalho criativo.

Com relação à qualidade da formação para atuação na EJA, o que ocorre é uma crescente descaracterização dos cursos de formação, juntamente a falta de livros escritos que propicie apoio a essa formação, a pouca contribuição das universidades, ao desprezo das questões de ensino e a formação para o trabalho docente. São muitos os desafios o que torna a prática de ensinar cada vez mais complexa.

Segundo Ens (2006) para superar uma formação fragmentada, tanto a instituição formadora de professores como os formadores e os futuros professores, precisam assumir que na sociedade globalizada se convive, simultaneamente, com a inovação e a incerteza. Por isso, a educação dos seres humanos se torna mais complexa, e a formação do professor, também, passa a assumir essa complexidade.

Para superar a sintonia entre ensino e pesquisa, teoria e prática, e possibilitar a construção de uma conduta dinamizada pela iniciativa, pelo envolvimento do futuro

professor em projetos educativos próprios e fundamentados, torna-se necessário reconhecer tal complexidade e aprimorar suas práticas pedagógicas, diversificando e dinamizando suas metodologias de ensino.

A concepção moderna do educador exige uma sólida formação científica técnica e política, claro que, atrelada a uma prática pedagógica crítica e consciente para avaliar a atual condição da educação.

Para Freire e Shor (1986, p. 58):

Enquanto seres humanos conscientes, podemos descobrir como somos condicionados pela ideologia dominante. Podemos distanciar-nos da nossa época. Podemos aprender, portanto, como nos libertar através da luta política na sociedade. Podemos lutar para ser livres, precisamente porque sabemos que não somos livres! É por isso que podemos pensar na transformação.

A visão pedagógica da formação docente envolve autores com diferentes comentários. Gallo (1996, p. 38) afirma que “a grandeza da educação está no fato de ser uma área aberta que significa uma nova concepção filosófica de educação, que já não se restringe à formalidade do espaço escolar”.

Por considerar a formação dos professores como algo de fundamental importância Mialaret (1991, p. 96) alerta para o fato de que “não se deve processar uma formação idêntica de todos os alunos educadores, para os levar a ser exemplares do mesmo modelo, mas proporcionar-lhes condições de serem bons educadores, em função de suas qualidades”. Zeichner (1993, p. 62-63) acrescenta “a necessidade de que os candidatos a professor não acabem por incorporar novas informações ou experiências a velhas estruturas”. Por isso, afirmam Rodrigues e Esteves (1993, p. 41), “deve-se preparar o professor para a investigação científica e reflexiva na condução e avaliação de sua própria prática e dos meios para teorizar a experiência adquirida, evitando defeitos de uma formação modelizante”. Afirma Novoa (1992, p. 54) que “a formação de professores não é um conceito unívoco, por isso deve proporcionar situações que possibilitem a reflexão e a tomada de consciência das limitações sociais, culturais e ideológicas da própria profissão docente”.

“Ser professor, hoje, é ser um profissional competente, para levar o aluno a aprender, é participar de decisões que envolvam o projeto da escola, lutar contra a exclusão social, relacionar-se com os alunos, com os colegas da instituição e com a comunidade do entorno desse espaço” (ENS, 2006, p. 19).

Dessa forma, faz-se necessário uma qualificação dos profissionais envolvidos neste processo, é fundamental que a equipe docente esteja bem preparada, por este motivo é extremamente importante uma formação continuada, onde todos tenham a oportunidade de repensar a sua prática. Pois, a formação continuada é um processo possível para a melhoria da qualidade do ensino, dentro do contexto educacional contemporâneo.

A formação continuada pode ser caracterizada como uma tentativa de resgatar a figura do mestre, tão carente do respeito devido a sua profissão, tão desgastada em nossos dias. "Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática" (FREIRE, 1997, 58). Para o autor, formação permanente é uma conquista da maturidade, da consciência do ser. Quando a reflexão permear a prática, docente e de vida, a formação continuada será exigência para fazer do homem atuante no seu espaço histórico, crescendo no saber e na responsabilidade.

CAPÍTULO IV

Neste capítulo será analisado as perspectivas para a melhoria da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, discorrendo sobre o uso de tecnologias e a prática da andragogia dessa modalidade de ensino.

4- PERSPECTIVAS PARA A EJA NO BRASIL

Quanto à perspectiva para a EJA no Brasil devemos considerar o apoio à pesquisa, a criação de uma rede de formação e pesquisa deverá ser concebida com a contribuição do segmento universidades dos Fóruns de EJA, garantir investimentos da esfera pública, em formação inicial e continuada específica para EJA, o educador de EJA deve ser reconhecido como pesquisador de sua práxis pedagógica, sendo este o princípio orientador da formação na graduação e pós-graduação, garantir o acesso dos educadores da EJA e educadores populares nas universidades, gratuitamente em cursos de licenciatura.

É notório que o EJA necessita de mais investimentos, estudos e pesquisas, para apoiar e melhorar o desempenho do programa, para que seja transmitido aos alunos ensino de qualidade, e apoio na continuação dos estudos, como qualificações, graduação e pós graduação, que o governo federal crie mecanismos que viabilizem o processo de formação inicial e continuada, por meio de parcerias entre as redes públicas e as instituições de educação superior,

4.1- USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO EJA

É notável que os avanços tecnológicos estão presentes no dias atuais e ainda mais, eles estão ocorrendo em um menor intervalo de tempo. Este avanço tecnológico é sentido por todas as pessoas, desde as crianças que já nascem nesta era digital e também aqueles que são adultos, que são chamados de imigrantes digitais. Moita (2007) nos diz que a educação digital constitui uma das consequências deste avanço.

Encontra-se nas nossas escolas os mesmos problemas que se encontrava há um tempo, como por exemplo, a evasão escolar, a repetência e o desinteresse do

aluno em permanecer na sala de aula assistindo aulas que possuem somente como apoio pedagógico quadro e giz ou pincel. Enquanto que fora das quatro paredes o aluno vive num mundo com computadores, redes sociais e até a televisão que agora é digital.

Importante ressaltar que as tecnologias não é o único recurso para melhorar a escola, mas ela pode ser de grande valia para melhoria do ensino. Uma das ideias defendida por Ponte (1997) é que a tecnologia pode ter efeitos diversos como proporcionar um aumento na rentabilidade e melhoria nas condições no ambiente de trabalho, por outro lado vem implicar na necessidade de reciclagem de muitos profissionais que não se encontram inseridos neste meio.

Este último efeito da tecnologia é o que mais vem afetando os alunos da EJA atualmente, sendo o principal motivo que os levam a retornarem a sala de aula, que é o fator trabalho, os alunos em busca de um melhor emprego ou aqueles que querem melhorar de alguma forma o seu currículo dentro do ambiente de trabalho.

Para ajudar a estes alunos a alcançarem seus objetivos pessoais sem deixar o aprendizado acadêmico de lado, pode-se usar as tecnologias para a construção do conhecimento matemático, sendo que se faz necessário que os alunos tenham acesso a computadores dentro da escola.

Ponte (1997) diz que novas profissões surgiram com base na informática. Pode-se ir além, tem-se hoje que muitas profissões sofreram uma “evolução” na sua forma de ser realizada, por exemplo, no comércio usa-se cartões de crédito, o chamado “dinheiro digital”, sendo que a forma de manejá-lo hoje é diferente da de 10 ou 15 anos atrás, onde usava-se uma maquineta para passar este cartão, onde a atendente ligava para a empresa do cartão perguntando se era possível a efetuação da compra, após alguns instantes o funcionário da empresa dava o aval, se libera ou não. Observando o tempo gasto nesse procedimento e comparando com hoje tem-se que ao passa-se o cartão numa maquineta que está online com a empresa, a resposta sai de imediato se a compra pode ser liberada ou não, isto em um breve intervalo de tempo.

A inclusão da informática nas escolas tem tudo haver com a melhoria do ensino. A partir do momento em que se faz acessível à informática em sala de aula para os estudantes, ela se tornará acessível fora dela. Para os alunos da EJA, que já possuem algum conhecimento é de grande valia para eles, pois, além de aprimorar seus conhecimentos o aluno terá o seu certificado de qualificação.

Ponte ainda diz que as novas tecnologias da informação provocam o aparecimento de novos saberes e novas competências e que ao contrário do que se pensa não traduzem necessariamente num ensino em que tudo se baseia no computador.

De fato este é o discurso de muitos profissionais que são contrários ao uso de tecnologias de informação, alguns até alegam que o computador irá substituir o professor em sala de aula. Mas o verdadeiro intuito de usar a tecnologia é ter o computador como uma ferramenta auxiliar para o professor e não como detentor do conhecimento, sendo o computador um instrumento que facilitará no ensino e aprendizagem, não será ele que irar gerar o conhecimento.

4.2- PRÁTICAS DA ANDRAGOGIA NO EJA

Dessa forma, entendemos que o processo de ensino/aprendizado realizado na EJA deve acontecer de forma diferenciada do que é trabalhado nos ensinos regulares do ensino fundamental e médio, uma vez que os adultos possuem mais experiências do que as crianças e talvez mais dificuldades de aprendizagem, porém deve subsidiar a formação desses estudantes como ser individual, social e profissional.

Durante esse processo de pensar sobre as condições e meios para que os alunos se relacionem com o conhecimento, é essencial também que o professor assuma o papel de mediador e não de transmissor do conhecimento, buscando inteirasse de todas as questões sociais, culturais e econômicas que envolvam o ensino/aprendizado do aluno, pois assim terá mais artifícios para trabalhar em sala de aula de forma a recontextualizar e repersonificar o saber, promovendo situações ligadas aos saberes sábios ideais aos ensino/aprendizado desses sujeitos.

Nesta perspectiva Nogueira (2004) considera que esse assunto suscita reflexões, pois à precisão de se pensar na (não) existência de modelos específicos para esses estudantes. A autora norteada por Knowles (1980) define a Andragogia como sendo “a arte e a ciência de facilitar a aprendizagem dos adultos”. E apresenta ainda o ciclo andragógico como o principal recurso à programação e desenvolvimento dos projetos educacionais, sendo constituído por sete fases, são elas: estabelecer um clima que venha a contribuir com a aprendizagem, criar

mecanismos para planificação mútua; diagnosticar as necessidades de aprendizagem; formular objetivos programáticos que satisfaçam as necessidades identificadas; elaborar um plano de experiências de aprendizagem; conduzir as experiências de aprendizagem com técnicas e materiais adequados; avaliar os resultados da aprendizagem e diagnosticar as necessidades de aprendizagem.

Podemos observar que esse processo didático faz com que os alunos sejam os principais autores da construção da aprendizagem.

A Andragogia nasce da necessidade de auxiliar um adulto a aprender, seus princípios quando utilizados em sala de aula podem favorecer um aprendizado mais significativo, relevante e prático, pois o aluno é participante da construção do saber, suas concepções e experiências são ponto de partida para a construção do conhecimento. Enquanto que o professor assume papel de facilitador, um guia que indica o caminho, gerando confiança entre ele e entre os alunos.

A experiência e os conhecimentos prévios dos alunos são pontos importantes a serem destacados em se tratando da construção de um ensino significativo e proeminente, capaz de fornecer subsídios para os sujeitos envolvidos neste processo alcançar seus objetivos em todos os âmbitos profissionais e pessoais.

Devemos levar em consideração que os alunos da EJA são na sua grande maioria adultos e possuem experiências distintas das vivenciadas pelas crianças. Os adultos possuem maior percepção dos seus erros, das suas dificuldades, facilidades, e também apresentam maior consciência do tempo que perderam fato que é evidenciado na fala dos professores quando dizem que os mesmos são mais interessados e comprometidos.

Apesar de muitas conquistas, observamos que a Educação de Jovens e Adultos necessita avançar em muitos aspectos, seja inserindo novas tecnologias quanto nas metodologias de ensino. Constatamos também a presença de um ensino não direcionado às especificidades desse público, um ensino infanto-juvenil nos moldes da modalidade de educação dita “regular”. Percebemos que esses problemas se fazem presentes, entre outros motivos, pela falta de qualificação profissional dos professores para trabalharem com a Educação de Jovens e Adultos, assim a qualificação dos profissionais responsáveis também é um grande auxílio para a melhoria das metodologias de ensino.

CONCLUSÃO

A partir da análise do contexto histórico, observa-se que a EJA vem se destacando no cenário educacional, devido às mobilizações promovidas pela sociedade ao longo dos últimos anos, entretanto, muito ainda há de ser feito para reparar a exclusão a que foi submetida a população adulta.

De certa forma, a pesquisa realizada atendeu ao que se propôs, pois possibilitou, por meio da pesquisa bibliográfica e da investigação do cotidiano escolar, conhecer o universo da EJA, um pouco mais de seus sujeitos e diagnosticar os principais impasses e desafios que são vivenciados pelos docentes.

A pesquisa permitiu destacar que, principalmente no que concerne à formação de professores que atuam na EJA, ainda há resquícios de um passado negligenciado, o que colabora para reafirmar o lugar que é conferido a EJA nas políticas públicas educacionais.

Apesar de vários aspectos da EJA permanecerem em discussão, esta pesquisa também indicou a necessidade de proporcionar ações voltadas para formação dos docentes que atua nesta modalidade de ensino, o que deve constituir uma preocupação não apenas para as instâncias formadoras, mas também para os gestores públicos que estão à frente das redes de ensino. Não investir em uma formação docente específica e adequada para o educador de adultos contribui para tornar questionável a qualidade do ensino, dos materiais que vem sendo oferecidos a este público e para colocar em dúvida o cumprimento de um direito prescrito em lei.

Por fim, conclui-se que este tema não se esgota ao término dessa pesquisa, pelo contrário, colabora para abrir espaço para novas pesquisas acerca da EJA e da formação do educador que atua nesta modalidade.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, M. A. **Formação continuada de professores e a prática pedagógica.** Curitiba: Champagnat, 1996.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Lei nº 9394/96. LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional,** 1988.

CONZATTI, A. S. C.; DAVOGLIO, M. I. O. **O lugar da aprendizagem ao longo da vida nas políticas públicas para a educação de pessoas jovens e adultas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 1, n. 2, p.116-129, 2015.

ENS, R. T. **Significados da pesquisa segundo alunos e professores de um curso de Pedagogia.** 2006, 138f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

ESTRELA, M. T. (Org.) **Viver e Construir a profissão docente.** Lisboa: Porto, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido,** 43^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. e SHOR, I. **Medo e ousadia: cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DEMO, P. Questões para a teleeducação. Brasília: UNB, 1996. ENS, R. T. **Significados da pesquisa segundo alunos e professores de um curso de Pedagogia.** 2006, 138f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer 11/2000. Brasília, 2000.

GATTI, B. **A formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

GALLO, S. **A filosofia e a formação do educador: os desafios da modernidade.** In: BIDUCO, M Aparecida Viggiani, SILVA JUNIOR, Celestino Alves da Silva. Formação do Educador. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

HADDAD, Sérgio. DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos.** Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

LUCINDO, Nilzilene Imaculada, **Os impasses e desafios dos professores da eja: um estudo da modalidade em uma escola do interior de minas gerais,** Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba, v. 1, n.1, p. 206-220, 2013. (2018, p.215)

KNOWLES , L. **Análise de conteúdo.** Lisboa, Edições 70,1980.

MIALIARET, G. A formação de professores. Coimbra: Almeida, 1991.

MOITA, F. Game on: **Jogos eletrônicos na escola e na vida da geração @.** Campinas: Alínea, 2007.

GADOTTI, M., **História das ideias pedagógicas.** Editora Ática, 8ª edição. São Paulo. 2003. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORIN, M. C. F. R. **Educação de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

NOGUEIRA, S.M. A Andragogia: **Que Contributos para a Prática Educativa?** Revista do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado

de Santa Catarina UDESC, Santa Catarina, [s.n], vol.5, n.2, 23p. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1226/1039>>.

Acesso em 08 de Abril 2018.

NÓVOA, A. **Vida de professores**. Lisboa: Porto, 1992.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Loyola, 1973, p.57.

PONTE, J.P.; CANAVARRO, A. P. **Matemática e novas tecnologias**. Lisboa: Universidade aberta, 1997.

PICAWY, M. M. ; WANDSCHEER, M. S. X. **Educação de jovens e adultos: uma análise pedagógica do texto legal**. pp 63-73. In: SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana (Org.). Reflexões sobre educação de jovens e adultos. Porto Alegre: PALOTTI, 2006.

RODRIGUES, A; ESTEVES, M. **A análise de necessidades na formação de professores**. Lisboa: Porto, 1993.

SOARES; L.; GALVÃO, A. M. de O. **Uma história da alfabetização de adultos no Brasil**, p. 257-277, 2005. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ZABALA, Marisa Narciso. **Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade e tensões**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v.5, n.7, p. 13-27, jul/dez, 1998.

ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva de professores: idéias e práticas**. Lisboa: Educa, 1993.